

### **3.1.3 A pesquisa interdisciplinar e o documento de área: levantamento dos programas de IES privadas do Brasil.**

Maria de Lourdes Perez, Talita Destro Rost, Carlos Henrique Tercetti

Mestrandos e Mestre em Ciências Humanas, Interdisciplinaridade, Universidade de Santo Amaro, UNISA, São Paulo, SP, Brasil. E-mail para contato: [mlperez@ig.com.br](mailto:mlperez@ig.com.br), [ta\\_destro@hotmail.com](mailto:ta_destro@hotmail.com), [carlostercetti@yahoo.com.br](mailto:carlostercetti@yahoo.com.br).

#### **COMO CITAR O ARTIGO:**

PEREZ, M. L.; ROST, T. D.; TERCETTI, C. H. **A pesquisa interdisciplinar e o documento de área: levantamento dos programas de IES privadas no Brasil.** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista\\_eletronica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.9, n.4, p. 126-144, out/2019.

## RESUMO

Este artigo se caracteriza pelo estudo da pesquisa interdisciplinar e o documento de área: levantamentos dos programas de IES Privadas do Brasil, no quadriênio 2013-2016. O estudo pretende responder os seguintes problemas de pesquisa: Como a pesquisa interdisciplinar aparece no documento de área das IES privadas no Brasil? Como a interdisciplinaridade aparece na metodologia de pesquisa no ensino superior? Como o relatório de avaliação interdisciplinar – Capes avalia e parametriza as propostas das IES? Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado o relatório do CAPES quadriênio 2013-2016, bem como leis vigentes. O método de análise dos dados constou de análise sistemática do relatório interdisciplinar, e permitiu problematizar como o resultado do relatório de pesquisa CAPES pôde determinar a pesquisa interdisciplinar na IES particular no Brasil. Através dos dados analisados pode-se dizer que a pesquisa interdisciplinar é considerada uma metodologia de pesquisa.

**Palavras Chaves:** Interdisciplinaridade, IES particular, relatório CAPES.

## **ABSTRACT**

This article is characterized by the study of interdisciplinary research and the area document: surveys of the programs of private IES in Brazil in the quadrennium 2013-2016. The study aims to answer the following research problems: How does interdisciplinary research appear in the area document of private IES in Brazil? How does interdisciplinarity appear in research methodology in higher education? How does the interdisciplinary evaluation report - Capes evaluate and parameterize the IES proposals? For the development of the work was used the report CAPES quadrennium 2013-2016, as well as laws in force. The method of data analysis consisted of systematic analysis of the interdisciplinary report and allowed to question how the result of CAPES research report could determine the interdisciplinary research in the private IES in Brazil. Through the data analyzed it can be said that interdisciplinary research is considered a research methodology.

**Key words:** Interdisciplinarity, private IES, CAPES report.

## **INTRODUÇÃO**

A área interdisciplinar despontou em decorrência dos problemas que foram surgindo na contemporaneidade. De natureza diversa e níveis complexos é decorrente dos avanços científicos e tecnológicos. Ela dialoga entre disciplinas correlatas dentro da mesma área, bem como em áreas diferentes. A partir deste olhar se vê a necessidade do surgimento de novas formas de conhecimento: produção, formação de recursos humanos e observação dos fenômenos que ocorrem.

O campo das ciências interdisciplinares está crescendo devido à alta exigência de uma racionalidade ampla, que analise diversas metodologias. Essa exigência demanda maiores diálogos entre as disciplinas e além delas.

Os programas de Pós-Graduação Interdisciplinares esperam produzir conhecimento que contribua a todas as partes envolvidas, gerando cultura e sabedoria e qualificando os recursos humanos formados, contribuindo assim para a evolução do conhecimento científico frente aos desafios da pós-modernidade.

Este artigo aborda o surgimento das IES (Instituições de Ensino Superior), sua evolução em termos de acessibilidade, até a criação dos cursos interdisciplinares e os documentos de área que regem suas especificidades.

## **METODOLOGIA**

Este artigo contou com o levantamento bibliográfico com consultas a bancos de dados disponíveis *on-line*, acerca do conteúdo existente sobre o tema abordado.

Utilizou-se o relatório do CAPES quadriênio 2013-2016, bem como leis vigentes. O método de análise dos dados constou de análise sistemática do relatório interdisciplinar e possui caráter descritivo do estado da arte.

### **1. Evolução e Perfil das IES**

As chamadas IES (Instituições de Ensino Superior) vem se expandindo no Brasil. Desde 1988 têm se garantido o acesso ao nível superior como vemos na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo nº 26.1 e sendo reforçada pela Constituição da República de 1988 assegurando o acesso ao ensino superior com prévia seleção e qualificação dos candidatos em coexistência das instituições públicas e privadas (GOMES, 2010; NEVES, 2002).

Por volta da metade do século XIX, houve uma descentralização do ensino superior permitindo a criação da educação superior particular visando a ampliação do ensino (CORBUCCI, 2016; GOMES, 2010).

Favero (1980, *apud* GOMES, 2010) menciona a criação de 13 escolas de ensino superior no início da República, chegando esse número a 95 durante a Segunda República até o ano de 1945.

O ensino superior foi consolidado entre 1933 e 1960 com o grande aumento de matrículas (de 27.501 em 1935 para 155.781 em 1965) (FERNANDES, 1975 *apud* GOMES, 2010). Tendo em vista este

aumento, 44% das matrículas eram voltadas para a formação de profissões liberais, mas a partir dos anos 50, houve a necessidade de se ampliar os cursos oferecidos, garantindo a formação de docentes em faculdades como ciências, filosofia e letras (GOMES, 2010).

Em 1968 houve a Reforma Universitária que pretendia desenvolver e gerir a instituição por meio de princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Ela previa que a universidade evoluísse enquanto educação superior, desenvolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Em 1968 a Lei nº 5.540/68 previa que a educação superior se expandisse proporcionalmente aos outros níveis de ensino do país. (CORBUCCI, 2016; GOMES, 2010).

A Lei nº 5.540/68 implementou que as universidades fossem estruturadas em departamentos, com unidades de funções de ensino e pesquisa, universalidade de campo, flexibilidade de métodos e critérios adequados às necessidades dos alunos. Introduziu a matrícula semestral e o sistema de créditos. Institucionalizou os cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e o vestibular unificado e classificatório para racionalizar a oferta de vagas (NEVES, 2002).

Esta Reforma pretendia que a educação privada complementasse a pública, mas isto não ocorreu. Pelo contrário se inverteu. O número de matrículas nas universidades privadas alcançou e superou as universidades públicas. Passou de 47.067 em 1960 para 3.987.424 matrículas em 2010 (CORBUCCI, 2016).

Além do aumento do número de matrículas, as universidades particulares ampliaram o acesso ao ensino superior remanejando as instituições públicas para locais mais distantes, permitindo que os grandes centros absorvessem a procura deste setor (GOMES, 2010). Esta expansão das instituições privadas não garantiu a qualidade que era vista nas universidades públicas (CORBUCCI, 2016).

Devido aos baixos investimentos conferidos às instituições públicas e a crescente demanda pelo ensino superior nos anos 1990, a União abriu espaço para o crescimento do setor privado. Abriu-se assim processos facilitadores de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições privadas. O Boom do crescimento se deu entre o período de 1997 e 2003. As matrículas passaram de 11,4% para 17,5% e o número de IES passou de 764 para 1.789 (CORBUCCI, 2016).

A partir de 1996 o sistema educativo brasileiro foi redefinido pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN), Lei nº 9.394/96, consagrando a autonomia das universidades que por sua vez supriu a procura deste nível de ensino. As instituições universitárias passaram a ser classificadas como: universidades, universidades especializadas, centros universitários, instituições não-universitárias, faculdades integradas, centros de educação tecnológicas e os centros federais de educação tecnológica, institutos superiores de educação e estabelecimentos isolados (NEVES, 2002).

A nova lei também classificou os cursos e programas de formação superior em: cursos de graduação, cursos de pós-graduação, sendo estes divididos em pós-graduação stricto sensu (mestrado, mestrado profissional e doutorado), pós-graduação lato sensu e programas de extensão (NEVES, 2002).

Para sustentar a expansão da educação superior privada, em 1999 foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), para substituir o antigo Crédito Educativo. Ele foi idealizado para se tornar autofinanciável. Em 2004 o Fies correspondia a 10% das matrículas no setor privado. Mas devido a alta demanda deste fundo e a incapacidade de oferecer garantias exigidas pelo

financiamento, criou-se o Programa Universidade para Todos (ProUni).

O ProUni:

[...] incentiva o estudo e o acesso ao ensino a brasileiros de baixa renda, ex-alunos da rede pública do ensino médio ou bolsistas integrais das escolas particulares. O programa oferta, por intermédio de parcerias com instituições de ensino superiores particulares, bolsas que cobrem integral ou parcialmente os custos das mensalidades. Em contrapartida, oferece às instituições abatimentos tributários no imposto de renda das pessoas jurídicas, na contribuição social sobre o lucro líquido, na contribuição social para financiamento da seguridade social e na contribuição para o programa de integração. Possui também uma política de quotas destinada aos alunos portadores de necessidades especiais, afrodescendentes ou indígenas, cujas vagas são distribuídas conforme a proporção dessas populações nos estados. (SARAIVA, 2011).

Atualmente escolarização e qualificação são insuficientes para as exigências dos postos de trabalho. O acesso à educação superior se faz necessário frente as necessidades de maior qualificação para se obter um emprego e de melhor remuneração no mercado de trabalho. A educação superior contribui em diversas áreas como o desenvolvimento sustentável e a melhoria da sociedade (SARAIVA, 2011).

Dados atuais comprovam que as instituições privadas ocupam a maior parcela do ensino superior. Cerca de 87,9% das instituições são privadas enquanto somente 12,1% são públicas. A quantidade de matrículas em universidades continua a crescer. No novo senso de 2007 a 2017 este número aumentou 56,4% (INEP, 2017).

## **2. Interdisciplinaridade como abordagem metodológica no IES**

Pergunta-se o que é a interdisciplinaridade? Seria uma proposta moderna de se fazer pesquisa em educação? Seria uma teoria Filosofia Educacional? Seria uma nova forma de se fazer a pesquisa científica?

Sendo de aspecto totalmente inovador, no IES particular, busca o diálogo e diferentes olhares sobre o mesmo objeto de pesquisa.

A interdisciplinaridade requer uma atitude especial, criativa, inovadora e busca ir além do esperado. É um esforço buscando uma visão globalizada, sair das disciplinas que estão fragmentadas buscando um olhar pluralista das concepções de ensino-aprendizagem a uma reflexão do saber na prática.

Segundo Fazenda (1999) a metodologia interdisciplinar em seu exercício requer como pressuposto uma atitude especial ante o conhecimento. Está fundamentada na criatividade, na inovação e no desejo de ir além do convencional extraindo arte e beleza. Requer parceria, diálogo e compreensão do outro como um ser particular e com capacidade de se modificar no contato com outrem e modificar o mundo que o rodeia. É capaz de adquirir uma educação mais humanizante e libertadora sendo capaz de colaborar para a construção de mundo com sentido solidário, fraterno e compreensivo conseguindo encontrar o seu próprio sentido de ser no mundo.

Portanto, através da interdisciplinaridade possibilita a análise dos objetivos da pesquisa sob diversos prismas construindo diálogos permanentes que possam revisitar o conhecimento.

Em 2001 o Plano Nacional da Educação PNE define a necessidade de se estabelecer como uma das suas metas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior que se inspiram nos princípios:

- a garantia de autonomia e liberdade para as IES elaborarem os currículos dos seus cursos;
- a construção de currículos flexíveis, que levem em consideração as rápidas transformações do contexto social (macro), bem como as especificidades regionais e/ou locais de cada instituição e que

ampliem as possibilidades de construção do itinerário formativo pelos alunos;

- a redução do tempo de duração dos cursos;
- a organização de currículos em torno de conteúdos e de competências e habilidades

Com as mudanças sociais e comportamentais, a globalização e as novas tecnologias há a necessidade de se estruturar cada vez mais o indivíduo como um sujeito capaz de agregar diversas competências para resolver uma determinada situação.

Define-se competência como: “a capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação” e defende que, longe de virarem às costas aos saberes e de reduzi-los ao seu valor de uso, as competências integram o conhecimento e permitem uma intervenção crítica sobre o mundo (PERRENOUD, 2000, p.15).

Logo, tanto habilidades como competências fazem parte do novo modelo de ensino e aprendizagem. Com o grande aumento de abertura de novas IES, e um público cada vez mais diversificado dentro das Instituições de Ensino Superior leva-se a uma mudança comportamental no campo da metodologia de trabalho e de produção científica, buscando conhecimento produzido historicamente como também o que os novos alunos trazem com diversos olhares sobre o aprendizado, torna-se assim a interdisciplinaridade uma metodologia de pesquisa. Tendências que levam as IES a terem que repensar seus projetos pedagógicos e a Construção de uma nova Diretriz Curricular.

O Projeto Pedagógico deverá contemplar o aspecto mais inovador desse cenário e as novas exigências para o mundo do trabalho e a formação de um cidadão crítico, transformador, ético e social que contribua para uma educação humanista.

As universidades brasileiras não podem desconhecer essas mudanças e devem reafirmar sua opção pelo modelo incluyente, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam partilhar os avanços alcançados (PIRES, 1999).

Na construção deste currículo informal, mas real, extraído das páginas da realidade do aluno, Fazenda (1992) indica a necessidade da dissolução das barreiras entre as disciplinas buscando uma visão interdisciplinar do saber "que respeite a verdade e a relatividade de cada disciplina, tendo-se em vista um conhecer melhor".

Surge então a necessidade de reformular o modelo de ação operacional refletindo a prática pedagógica e metodológica para uma construção dialógica entre professor, aluno e instituição de ensino. Dessas demandas atuais, propõe-se a visão horizontalizada para os estudos dos objetos de ensino e pesquisa que são postas no dia a dia dos professores e alunos. Surgem desse processo a multidisciplinariedade a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, como vemos na tabela 1.

**Tabela 1 – Tabela Comparativa de Metodologias**

SIGNIFICADO	GRAU DE INTERAÇÃO
<b>Multidisciplinaridade</b>	Caracteriza-se por uma superposição de disciplinas que não estabelecem relação aparente entre si.
<b>Pluridisciplinaridade</b>	Consiste na superposição de disciplinas cujo objeto de estudo é correlato, o que sugere a possibilidade da ocorrência de relação entre elas.
<b>Interdisciplinaridade</b>	Indica a existência de intercâmbio por parte de duas ou mais disciplinas, sem levar em conta o modo como ele ocorre, a constatação e a classificação são suficientes.
<b>Transdisciplinaridade</b>	Resultam uma ou várias novas disciplinas decorrentes da relação entre disciplinas já existentes e exprime a interdisciplinaridade no seu grau maior.

FONTE: adaptada de (FAZENDA, 2000)

Atualmente há um número crescente de instituições adotando a interdisciplinaridade como método tanto de ensino como de pesquisa, para fortalecer o seu currículo, valorizando cada saber individual e coletivo de alunos, professores, e até mesmo da instituição.

### 3. Avaliação da Área Interdisciplinar dos Programas de Pós-Graduação

A Área Interdisciplinar dos Programas de Pós-Graduação (PPG) está presente em todos os estados da federação, demonstrando o alcance e a abrangência da área. Toda proposta encaminhada à Área Interdisciplinar para avaliação é realizada com base em regras vigentes da CAPES. Com tudo as características da Área Interdisciplinar oferecem inúmeras possibilidades para instituições de ensino superior (IES) tanto consolidadas quanto jovens em pós-graduação.

Entende-se que a interdisciplinaridade não surgiu na pós-graduação para substituir a estrutura disciplinar existente, mas sim para trabalhar suas interfaces promovendo a formação pós-graduada na abordagem de problemas que não podem ser resolvidos somente do ponto de vista unidisciplinar (CAPES, 2017).

O processo de avaliação da Comissão de Área Interdisciplinar faz uso de vários índices que medem a qualidade e a quantidade dos produtos relatados. Estes índices são resultado da compilação das informações inseridas pelos coordenadores de cursos/programas, ano a ano, na Plataforma Sucupira.

A Capes avaliou 10.051 periódicos relatados pelos programas da Área Interdisciplinar na Plataforma Sucupira, fazendo uso de indicadores quantitativos e qualitativos em sua avaliação do Qualis, a maioria dos periódicos foram classificados como B4, B1 ou B2.

A avaliação de classificação de livros realizou uma análise de 24474 livros, relatados pelos programas na Plataforma Sucupira para sua devida classificação.

Para estabelecer critérios de avaliação os consultores identificaram por meio de análise dos dados na plataforma sucupira, cinco grupos de informações que serviram para balizar o processo de estratificação: grupo 1 - Aderência da produção ao programa de pós-

graduação, grupo 2 - Características gerais da obra, grupo 3 - Características de editoração da obra, grupo 4 - Autoria da obra e grupo 5 - Análise do consultor no ato da avaliação. Após concluir o processo as obras foram classificadas em quatro grupos de acordo os pontos obtidos.

Para a avaliação da produção técnica/tecnológica foi realizada uma comissão especial, onde foi analisado um total de 118.119 produtos. Durante a avaliação foi observada a aderência do produto à proposta do Programa, sendo desconsideradas as produções sem vínculo com áreas de concentração, linhas de pesquisa/atuação e/ou projetos de pesquisa declarados na Plataforma Sucupira.

Para avaliações artísticas faz-se uso da metodologia do Qualis Artes, desenvolvida pela área de avaliação Artes/Música.

Para as avaliações dos programas acadêmicos e mestrados profissionais são observados os seguintes itens na ficha de avaliação: Proposta do Programa, Corpo Docente, Corpo Discente, Teses e Dissertações, Produção Intelectual e Inserção Social.

A avaliação quadrienal de 2017 identificou um aumento no número de programas de pós-graduação desde a avaliação trienal realizada em 2013, onde passou de 236 para 335, sendo 243 cursos acadêmicos e 92 mestrados profissionais.

A distribuição atual da área dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES está em funcionamento em todos estados brasileiros. A grande maioria está na região sudeste, com um destaque para São Paulo com 60 instituições.

## **CONCLUSÃO**

As IES brasileiras têm evoluído no quesito de sua formação e implementação. Com as demandas da sociedade para a criação de novos cursos, cada vez mais as instituições estão investindo no capital humano.

Em decorrência dos problemas deste mundo contemporâneo, suas diferentes naturezas e níveis de complexidade, houve a necessidade da criação de uma área interdisciplinar nos cursos de pós-graduação. Estes problemas requerem um diálogo próximo entre disciplinas de áreas de conhecimento diferentes.

A partir desta necessidade que há entre as disciplinas, novas formas de produção de conhecimento e formação de recursos humanos tem emergido. Surge assim cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando as tendências mundiais, aumentando grupos de pesquisa e programas acadêmicos que focam em questões mais complexas.

A área interdisciplinar despontou como refúgio para propostas de universidades que procuram soluções aos problemas do homem contemporâneo, nas quais uma disciplina não consegue solucionar por si só. Houve a necessidade da criação de uma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atue na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados do país.

Esta Coordenação avalia quadrienalmente os cursos a fim de manter a qualidade das pesquisas e recursos dispensados a produção do conhecimento científico. E são estas avaliações que permitem a mensuração da qualidade de um curso de pós graduação. Através destes resultados que o Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC decide sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento no período subsequente.

A área interdisciplinar tem muito a contribuir para esse panorama geral da educação brasileira. Ela agrega estratégias de ensino-aprendizagem nas Ciências Humanas, ampliando as possibilidades de diálogos interdisciplinares em um caminho integrador nas diversas disciplinas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

**Documento de Área Interdisciplinar.** Brasília, 2017, 71p. Disponível em

<<http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-INTERDISCIPLINAR-quadrienal.pdf>>

Acesso em: 27 abr.2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação superior 2017: notas estatísticas.** 2018. Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1968.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 134, n. 248, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio.** Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

CORBUCCI, P. R.; KUBOTA, L. C.; MEIRA, A. P. B. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**: Brasília, n.46. ago. 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar\\_n46\\_evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar_n46_evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em 15 abr. 2019.

FAZENDA, I., **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_, **A Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1992.

FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: BIANCHETTI, L., JANTSCH, A. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, M. F. Evolução histórica do ensino superior brasileiro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 82, nov. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/jG44ac>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 2. ed. São Paulo, 2000.

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. **A educação superior no Brasil**, p. 43-106, 2002.

NICOLESCU, B. **Manifesto da Transdisciplinaridade**. Lisboa: Hugin, 2000.

PERRENOUD, Ph. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIRES, M.F.C. **Reflexões sobre a interdisciplinaridade na perspectiva de integração entre as disciplinas dos cursos de graduação** Revista do IV Circuito **PROGRAD**: As disciplinas de seu curso estão integradas? UNESP. São Paulo, 1999.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 4, p. 941-964, 2011.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10. ed. São Paulo: Cortez. 1991.

SÉCCA, R. X.; SOUZA, R. M. L. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. **BNDES**: Brasília, 2009.

UNESCO. Déclaration mondiale sur l'enseignement supérieur pour le XXI<sup>e</sup> siècle et Cadre d'action prioritaire pour le changement et le développement de l'enseignement supérieur. In: Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 1998, Paris.